

Vereadores de SP pedem leis mais duras contra feminicídio

Parlamentares também discutiram saúde da mulher, educação e transporte

A violência contra a mulher e a necessidade de endurecimento das leis para combater o feminicídio foram temas centrais de debates durante uma sessão plenária da Câmara Municipal de São Paulo. Vereadoras e vereadores utilizaram a tribuna para cobrar medidas mais firmes no enfrentamento desses crimes e reforçar a importância de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres.

A condução inicial dos trabalhos ficou a cargo do presidente em exercício da Casa, vereador João Jorge (MDB). Em seguida, a presidência da sessão foi transferida ao vereador Dr. Milton Ferreira (PODE), que destacou a relevância do debate e afirmou que presidir uma sessão plenária representava um momento significativo em sua trajetória no Legislativo municipal.

Durante sua fala, Dr. Milton Ferreira ressaltou a preocupação com o aumento de casos de violência contra mulheres e afirmou que a legislação atual ainda apresenta fragilidades diante da gravidade do problema. Segundo ele, é necessário fortalecer os instrumentos legais para impedir que agressões evoluam para casos de feminicídio e para garantir punições mais rigorosas aos responsáveis.

O vereador Major Palumbo (PP) abordou iniciativas adotadas pelas forças de segurança pública para enfrentar a violência



Os trabalhos foram conduzidos pelo presidente em exercício, vereador João Jorge (MDB)

doméstica. Entre as ações citadas está a chamada Cabine Lilás, estrutura instalada no Centro de Operações da Polícia Militar que conta com equipes especializadas para identificar e atender mulheres vítimas de violência.

De acordo com o parlamentar, profissionais treinadas realizam o atendimento telefônico no número 190 e conseguem identificar situações de risco, o que permite a mobilização rápida de equipes policiais. No estado de São Paulo, milhares de intervenções já foram realizadas

por meio desse serviço, incluindo condução de agressores às delegacias e casos de descumprimento de medidas protetivas.

A vereadora Edir Sales (PSD) também defendeu o endurecimento da legislação e chamou atenção para a gravidade das situações enfrentadas pelas vítimas antes de chegar ao desfecho extremo do feminicídio. Para ela, muitas mulheres passam por longos períodos de agressões e ameaças antes de perderem a vida, o que evidencia a necessidade de respostas mais rigorosas

do sistema de justiça atual.

Outro parlamentar a tratar do tema foi o vereador Silvinho Leite (União Brasil), que destacou a importância da mobilização social na defesa dos direitos das mulheres. Em sua avaliação, na sessão, o enfrentamento da violência de gênero exige não apenas medidas legislativas e policiais, mas também mudanças culturais que reforcem o respeito e a valorização das mulheres.

A saúde feminina também foi abordada durante os pronunciamentos. A vereadora Dra.

Sandra Tadeu (PL) afirmou que a dificuldade de acesso a exames preventivos representa uma forma indireta de violência contra as mulheres. Segundo ela, a demora no atendimento em unidades de saúde pode comprometer diagnósticos precoces e tratamentos adequados. A parlamentar ressaltou a importância de centros especializados que concentrem exames como mamografia e ultrassonografia, garantindo mais agilidade no atendimento.

Outros temas de interesse público também foram discutidos ao longo da sessão. O vereador Celso Giannazi (PSOL) falou sobre a falta de professores em escolas municipais e afirmou que o déficit de profissionais tem provocado impactos na rotina escolar. De acordo com ele, algumas unidades educacionais acabam reunindo turmas em salas com grande número de alunos, enquanto outras precisam liberar estudantes por falta de docentes.

O parlamentar defendeu que seja feita a convocação de candidatos aprovados em concursos públicos para suprir a demanda existente na rede.

Já o vereador Senival Moura (PT) abordou questões relacionadas ao transporte público na capital. Ele mencionou alguns relatos de superlotação em pontos de ônibus e atrasos no cumprimento de horários por parte das empresas concessionárias.

Escola cria espaço de tecnologias sustentáveis

Uma escola voltada à educação de jovens e adultos na zona sul de São Paulo desenvolveu um espaço dedicado ao ensino de práticas ambientais e tecnologias sustentáveis. O chamado Parque de Tecnologias Sustentáveis funciona dentro do Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA) Clóvis Caitano Miquelazzo e reúne diferentes iniciativas voltadas ao uso consciente de recursos naturais.

O local conta com horta, sistema de captação de água da chuva, geração de energia solar, criação de abelhas e estruturas de bioconstrução. As atividades são utilizadas como ferramentas pedagógicas para aproximar os estudantes de temas ligados à sustentabilidade, alimentação e preservação ambiental.

A proposta começou a ser desenvolvida em 2023 a partir do interesse de alunos de apli-



Parque de Tecnologias funciona dentro de um CIEJA

car, de forma prática, conteúdos relacionados ao uso sustentável da água e do solo. Com o avanço do projeto, o espaço passou a integrar atividades regulares da escola e a receber oficinas e mutirões de manutenção. Cerca de 200 estudantes, com idades en-

tre 15 e 80 anos, participam das ações realizadas no local. Entre as atividades estão plantio e colheita na horta, identificação de espécies vegetais e preparo de alimentos utilizando plantas cultivadas no próprio espaço, incluindo plantas alimentícias.

Comissão aprova Boulevard São João

A Comissão de Proteção à Paisagem Urbana aprovou o Termo de Cooperação para implantação do projeto Boulevard São João, iniciativa que pretende promover melhorias urbanísticas no centro da capital paulista com apoio da iniciativa privada. A proposta recebeu maioria de votos favoráveis e estabelece uma série de exigências técnicas para a execução e operação das intervenções.

O projeto prevê cerca de R\$ 6 milhões em investimentos privados destinados à requalificação de um trecho da região central, entre o Largo do Paissandu e o cruzamento das avenidas São João e Ipiranga. Entre as ações planejadas estão recuperação de monumentos históricos, melhorias nas calçadas e instalação de novos elementos de mobiliário urbano.

Como contrapartida aos in-

vestimentos, está prevista a instalação de painéis digitais em empenas cegas de edifícios não tombados da Avenida Ipiranga. Esses equipamentos poderão exibir conteúdos culturais, educativos e institucionais, além da identificação de patrocinadores, seguindo parâmetros definidos pelos órgãos municipais responsáveis pela proteção da paisagem urbana.

A aprovação foi acompanhada da imposição de 18 condicionantes técnicas. Entre elas, limites de luminosidade para os painéis e restrições de horário.

Antes da implantação, o projeto ainda deverá passar por etapas administrativas e apresentar estudos técnicos complementares. O cumprimento das exigências será acompanhado por órgãos municipais responsáveis pela fiscalização da paisagem urbana e do espaço.